

ABORDAGENS ACERCA DA RELAÇÃO CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESIGUALDADE E POBREZA

Douglas Mesquita Carneiro*
Izete Pengo Bagolin**

5

Resumo: O trabalho buscou mostrar as diferentes visões acerca da relação crescimento econômico, desigualdade e pobreza. Para tanto, inicia-se expondo a evolução do entendimento a respeito do crescimento econômico e desenvolvimento econômico, chegando até o entendimento da pobreza como fator de fundamental importância para se alcançar o desenvolvimento. A apresentação de todas as abordagens a respeito da pobreza mostrou a sua complexidade e multidimensionalidade, porém, para efeitos de estudos e análises, a abordagem mais utilizada é a de insuficiência de renda. Assim, umas das formas de analisar a evolução dos quadros de pobreza é através do conceito de crescimento pró-pobre, conceito este que pode ser analisado de várias maneiras. Analisando essas diferentes óticas acerca do conceito de crescimento pró-pobre, pode-se considerar que essa heterogeneidade de visões enriquece o entendimento acerca do assunto e auxilia o entendimento do mesmo de acordo com cada caso.

Palavras-chave: Crescimento pró-pobre, pobreza, desigualdade.

Abstract: This study aimed to show the different views about the relationship economic growth and poverty. For this work begins by exposing and understanding the evolution of economic growth and economic development, to the understanding of poverty as a factor crucial for achieving development. The presentation of the debate on poverty has shown its complexity and multidimensionality, but for purposes of study and analysis, the approach used is that of insufficient income. So one of the ways to analyze the evolution of the frames of poverty is through the concept of pro-poor growth, a concept that can be analyzed in several ways. Analyzing these different approaches, one can consider that this diversity of views enriches our understanding about the subject and helps the understanding of it according to each case.

Keywords: Pro-poor growth, poverty, inequality.

Introdução

Crescimento econômico é caracterizado por uma elevação contínua do Produto Interno Bruto (PIB), tanto em termos globais como em termos per capita, o PIB normalmente é considerado o melhor indicador de desempenho de uma economia. Porém, a distribuição do crescimento econômico não é homogênea no espaço e nem entre as pessoas. Em função disso, os impactos sobre a população divergem. Assim, ao analisar a melhoria dos padrões de vida de determinado local somente sob a ótica do crescimento econômico, pode revelar informações que são superficiais e induzir a conclusões precipitadas.

Por isso, é de extrema importância analisar o crescimento econômico sob a ótica da “qualidade” e não somente em termos quantitativos, ou seja, avaliar se esse crescimento tem gerado desenvolvimento. A literatura atual sobre desenvolvimento econômico tem dado grande importância ao fato de que qualquer conjunto de ações que visem o crescimento econômico de um país ou região deve vir acompanhado de uma melhora nas condições de vida dos

*Mestrando em Economia do Desenvolvimento do PPGE da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e-mail: douglasmcarneiro@hotmail.com.

**Doutora em Economia, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e-mail: izete@puers.br.

habitantes, especialmente na dos mais pobres.

Uma das formas de verificar se o crescimento veio acompanhado de diminuição da pobreza e da desigualdade social é através do conceito de crescimento pró-pobre. Não há somente uma definição acerca do conceito de crescimento pró-pobre, porém existem duas definições que são as mais utilizadas e que expressam de forma mais clara esse conceito. A definição de Ravallion e Chen (2003), que aborda crescimento pró-pobre como aquele que reduz a pobreza, utilizando para tal análise somente o indicador de pobreza absoluta. A outra definição é a de Kakwani e Pernia (2000), na qual crescimento pró-pobre é aquele que ocorre quando há uma redução do índice de pobreza escolhido, acompanhado de uma diminuição da desigualdade de renda.

O debate sobre crescimento econômico e desenvolvimento econômico é amplo e com diferentes abordagens sobre o assunto. Mas em um ponto não há discordância, a diminuição da pobreza e da desigualdade são fatores-chave para se alcançar o desenvolvimento de determinado local.

Com isso, o presente estudo mostrará a evolução do conceito de pobreza e do seu entendimento como fenômeno de extrema importância para o desenvolvimento, chegando até as atuais metodologias utilizadas para analisar a maneira como o crescimento econômico afeta os indivíduos considerados pobres.

Na seção 2 serão debatidas as diferentes visões acerca do crescimento econômico e do desenvolvimento econômico. Na seção 3, a partir do entendimento de que o desenvolvimento não é medido apenas pelo aumento na renda per capita, e sim por uma melhora nos indicadores sociais, será mostrada a evolução do conceito de pobreza e dos seus indicadores. Na seção 4 serão examinadas algumas metodologias de crescimento pró-pobre, isto é, metodologias que demonstram o impacto do crescimento sobre a pobreza e sobre as condições de vida da população. Por fim, no capítulo 5, serão feitas as considerações finais.

Crescimento econômico e desenvolvimento econômico

O conceito de crescimento econômico é entendido como uma elevação contínua do produto interno bruto, tanto em termos globais como em termos per capita. Já para o termo desenvolvimento econômico não existe uma definição puramente aceita. Alguns autores entendem desenvolvimento como um processo puramente econômico, ou seja, uma elevação do produto nacional resultaria em desenvolvimento. Outros, porém, assinalam que o crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente, para que haja desenvolvimento, pois este deve ser entendido como um processo multidimensional, analisando as condições de vida e não somente a renda.

Em Ray (1998), as citações de autores como Lucas e Streeten, demonstram as disparidades de ideias:

By the problem of economic development I mean simply the problem of accounting for the observed pattern, across countries and across time, in levels and rates of growth of per capita income. This may seem too narrow a definition, and perhaps it is, but thinking about income patterns will necessarily involve us in thinking about many other aspects of societies too, so I would suggest that we withhold judgement on the scope of this definition until we have a clearer idea of where it leads us¹. We should never lose sight of the ultimate purpose of the exercise, to treat men and women as ends, to improve the human condition, to enlarge people's choices. [A] unity of interests would exist if there were rigid links between economic production (as measured by income per head) and human development (reflected by human

indicators such as life expectancy or literacy, or achievements such as self-respect, not easily measured). But these two set of indicators are not very closely related².

Para alguns autores as abordagens a respeito do tema começaram a ganhar ênfase a partir do período pós Primeira Guerra, em especial pós Grande Depressão. Pois junto com estes fenômenos, vieram problemas como inflação, desemprego e desequilíbrios na balança de pagamentos, fatos estes que chamaram a atenção de economistas para efeito de análises de curto prazo (NELSON, 2006). Ainda a respeito dos efeitos da depressão, como causa para o ressurgimento do interesse pelo crescimento e desenvolvimento econômicos, Souza (2007) reforça que problemas gerados nessa fase levaram os agentes econômicos a constatarem que além do crescimento em ritmo suficiente, a estabilidade é uma condição necessária ao desenvolvimento econômico.

A discussão sobre crescimento e desenvolvimento ganhou intensidade na década de 1950, pós Segunda Guerra. Nesse período os dois termos eram usados quase que de maneira indistinta. Afirmava-se que o crescimento econômico era o principal meio para se alcançar o desenvolvimento econômico, assim quanto maior seu produto interno bruto mais desenvolvido seria este país. Para Streeten (2007), existiam três justificativas utilizadas pelos defensores dessa ideia.

A primeira justificativa que se dava era de que, através das forças de mercado – tendo como exemplo a crescente demanda por mão de obra, crescente produtividade, salários crescentes e preços mais baixos das mercadorias compradas pelas pessoas - o crescimento econômico geraria automática, ampla e rapidamente seus benefícios e estes seriam assim alcançados de forma mais eficiente. Dentre esses pensadores, contudo, alguns passaram a argumentar que o crescimento em determinadas condições, tais como lucro crescente e desigual distribuição da renda e dos bens, tenderia a promover uma maior desigualdade.

Foi a partir daí que se derivou a segunda justificativa, segundo a qual uma vez ocorrendo o crescimento econômico, era tarefa do governo impedir que essa desigualdade acontecesse, trabalhando no sentido de corrigir as situações, em que as forças de mercado contribuíssem para uma concentração da renda.

A mais objetiva das justificativas era a terceira, segundo a qual as desigualdades de renda e sociais não deveriam ser uma preocupação nos estágios iniciais do desenvolvimento. Era necessário inicialmente acumular capital, construir infraestrutura e melhorar a capacidade produtiva da economia para que a mesma pudesse, depois, melhorar a situação das desigualdades.

Streeten (2007) acrescenta que alguns pensadores liberais, como John Rawls, apoiavam essa estratégia. Dessa maneira, as desigualdades seriam explicáveis como uma condição necessária para melhorar a qualidade de vida dos menos afortunados em um momento posterior.

É importante destacar também que uma outra influência marcante nessa época foi a de Simon Kuznets, com a chamada curva de Kuznets. Nela é estabelecida, segundo Streeten (2007), uma relação entre níveis médios de renda e um índice de desigualdade, e indica que os estágios iniciais do crescimento tendem a ser seguidos por uma crescente desigualdade, pois o crescimento adicional só é alcançado a partir de uma determinada renda, ou seja, o crescimento num estágio inicial de desenvolvimento gera um custo inicial de aumento da desigualdade, que é eliminado através de níveis maiores de desenvolvimento ao longo do tempo.

O período pós guerra foi de intensificação e evolução das teorias de crescimento e desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas que desenvolveram modelos voltados a explicar o fenômeno do crescimento e desenvolvimento eram de inspiração mais teórica e

consideravam ambos como sinônimos. Já a segunda corrente era voltada para a realidade empírica e entendia que o crescimento era condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento (SOUZA, 2007).

Na primeira corrente estão os modelos de tradição neoclássica, tais como os de Meade e Solow, e os de inspiração keynesiana, tendo como exemplo os modelos de Harrod, Domar e Kaldor. Tais modelos enfatizam a acumulação de capital como fator principal para a geração de crescimento econômico. Partiam da ideia de que o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, concebe automaticamente uma melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico.

Na segunda corrente, conforme aponta Souza (2007), enquadram-se alguns economistas como Lewis (1969), Hirschman (1974), Myrdal (1968) e Nurkse (1957). Os modelos formados por estes pensadores foram elaborados com maior proximidade nas economias subdesenvolvidas, mas ainda eram elaborados a partir das evidências obtidas em países desenvolvidos. Esta corrente encara o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, e o desenvolvimento como mudanças na qualidade de vida das pessoas, melhoria das instituições e das estruturas produtivas. Assim sendo, caracteriza-se o desenvolvimento pela evolução de uma economia, tanto em termos produtivos, financeiros, como em termos de melhora no nível de vida das pessoas. A citação a seguir de Chenery³ (1981 apud SOUZA, 2007, p. 6), explicita as ideias dessa corrente:

Pode-se considerar que o desenvolvimento econômico é um conjunto de transformações intimamente associadas, que se produzem na estrutura de uma economia, e que são necessárias à continuidade de seu crescimento. Essas mudanças concernem à composição da demanda, da produção e dos empregos, assim como a estrutura do comércio exterior e dos movimentos de capitais com o estrangeiro. Consideradas em conjunto essas mudanças estruturais definem a passagem de um sistema econômico tradicional a um sistema econômico moderno.

Os modelos até então estudados, mesmo com diferentes visões de desenvolvimento econômico, eram geralmente agregados e em sua maioria elaborados a partir de experiências em países desenvolvidos, e aplicados em países subdesenvolvidos. Em meados da década de 1970, os estudiosos voltaram suas atenções para modelos desagregados, com estudos centrados na análise produtiva e familiar. Streeten (2007) acrescenta que a mudança ocorreu devido ao fato de que as atenções, quando voltadas para o PIB e seu crescimento, negligenciavam fatores como o trabalho, a distribuição de renda, a criação de empregos e a justiça social.

Segundo Bakof (2006), a partir de 1970, o estudo acerca do desenvolvimento econômico solidificou-se. Além disso, afirma que a ampliação de ferramentais matemáticos e econométricos, associada principalmente a uma divulgação da base de dados socioeconômicos de diferentes países, possibilitou que esse processo ocorresse. Com isso, a nova geração de pensadores substituiu o processo de desenvolvimento como foco principal, passando assim a procurar entender os principais aspectos do subdesenvolvimento.

Essa nova geração de economistas do desenvolvimento começou a focar seus estudos em outros objetivos, que não só o crescimento. Um dos objetivos é buscar padrões de crescimento com distribuição de renda, dando destaque para a qualidade do crescimento e entendendo que o desenvolvimento dependia de muitas ações, tais como redução da pobreza, distribuição equitativa, proteção ao meio ambiente, entre outras.

Bakof (2006) acrescenta ainda que uma das preocupações recentes é de que o crescimento econômico não ocorre de maneira homogênea, ou seja, países ou até mesmo regiões, não crescem de maneira equilibrada ou igual, de modo que uns acabam por ter

desempenhos mais satisfatórios que outros. Além disso, uma parcela da população pode se beneficiar desse crescimento mais que a outra, ou seja, os indivíduos captam os benefícios do crescimento econômico de maneira heterogênea. Isso demonstra que o crescimento, do ponto de vista da distribuição de renda, não pode ser considerado neutro, pois o mesmo pode atuar a favor, contra ou até mesmo de forma neutra, sobre os indivíduos mais pobres. Esta última forma resultaria na continuação da pobreza.

Estudar o modo como o crescimento econômico afeta os diferentes locais ganhou importância, também, porque pode auxiliar os governos a prepararem políticas públicas que reduzam as desigualdades sociais e promovam melhoria na qualidade de vida, atendendo efetivamente uma demanda da população como um todo. Com isso, a análise da qualidade do crescimento não pode estar desvinculada do crescimento da economia global e da forma de crescimento que tem sido obtida, isso significa que cada país ou região deve adequar seu crescimento de acordo com sua realidade.

Todaro (1981) acrescenta que a estratégia de desenvolvimento não pode se basear apenas no crescimento econômico; juntamente com esse deve haver uma preocupação direta com a melhoria da qualidade de vida da população.

A conclusão que se chega é que mesmo nos dias atuais não existe uma definição única de desenvolvimento, nem existe uma fórmula correta para se atingir tal objetivo. Sabe-se, porém, que o desenvolvimento econômico não pode ser analisado somente através de indicadores que medem o crescimento do produto ou do produto per capita. Desenvolvimento deve ser complementado por indicadores que mostrem, mesmo que de forma incompleta, a qualidade de vida dos cidadãos (MILONE, 2003), e as políticas de desenvolvimento quando abordadas sob a ótica do padrão de crescimento, são mais eficientes no que tange à melhoria dos padrões de vida, do que quando baseadas na taxa de crescimento.

Pobreza e desenvolvimento

No início dos anos 1970, com as mudanças das concepções econômicas acerca do crescimento e desenvolvimento, a questão da pobreza emergiu como um importante fator a ser estudado e analisado para se buscar o desenvolvimento. Um dos principais indicadores para medir o quão desenvolvida é determinada região, é o número de pessoas pobres (SOUZA, 2007). Ainda a respeito da importância do tema pobreza, Camardelo (2009), cita que o fenômeno da pobreza é uma das principais expressões da questão social, sendo assim, o entendimento deste fenômeno tende a gerar impactos nos processos de desenvolvimento da sociedade contemporânea.

A preocupação em identificar as pessoas que são afetadas pela pobreza e o desejo de tentar medir sua intensidade, acaba, por vezes escondendo o fato que ela é por demais complexa para poder ser reduzida a uma única dimensão (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 1997, 1998).

Assim, a pobreza é considerada um fenômeno multidimensional (VINHAIS; SOUZA, 2006) e envolve aspectos absolutos e relativos. O aspecto absoluto é entendido como a privação de requisitos mínimos para a sobrevivência, independente das condições particulares de vida da sociedade. Já a pobreza em termos relativos, é estabelecida levando em consideração o padrão de vida da sociedade em que se está inserido.

Muitas são as abordagens que podem ser usadas para mensuração da pobreza, estas são baseadas em uma gama de distinções conceituais que se referem às diferentes compreensões a respeito do que é ser pobre (COMIN; BAGOLIN, 2002).

A evolução destas abordagens, no decorrer dos últimos anos, deu origem a diferentes

medidas ou indicadores de pobreza, que podem ser classificados em quatro conjuntos: no primeiro entende-se pobreza como insuficiência de renda, no segundo ela é vista como uma privação no espaço das “necessidades básicas”, o terceiro baseia-se na dimensão relativa da pobreza, também conhecida como “exclusão social”, e o quarto conjunto define pobreza como privação de capacitações básicas (COMIN; BAGOLIN, 2002). A tabela abaixo apresenta uma síntese dos quatro conjuntos anteriormente citados:

Tabela 1 – Diferentes abordagens de pobreza

Concepção de pobreza	Ponto Forte	Ponto Fraco
Insuficiência de renda	Indicadores mais acessíveis para a mensuração da pobreza	Enfatizam somente a dimensão renda
Privação das necessidades básicas	Abordam aspectos relativos da pobreza que não capturados somente pela dimensão renda	Consideram domicílios como sendo indivíduos, o que pode distorcer resultados
Exclusão social	Multidimensionalidade dos aspectos relativos da pobreza	Diagnóstico descritivo da pobreza, logo não usam medidas que possam comparar os diversos níveis de pobreza
Perspectiva das capacitações	Melhora a compreensão a respeito da natureza e das causas da pobreza	Identificação da capacitações necessárias, que são na maioria das vezes heterogêneas

Fonte: Elaboração própria.

No primeiro conjunto, a identificação da pobreza se dá por meio de uma “linha de pobreza” divisória, que é definida como o nível de renda abaixo do qual as pessoas são diagnosticadas como pobres (SEN, 2008).

A medida mais convencional, que emerge dessa abordagem, é a chamada proporção de pobres, que corresponde à quantidade de pessoas que se encontra abaixo de uma linha de pobreza dividida pelo total da população, mostrando assim o grau de incidência da pobreza sobre a população. Essa medida, porém, apresenta problemas, uma vez que não mostra se as pessoas que estão abaixo da linha estão próximas ou distantes da mesma, nem se os aspectos referentes à distribuição de renda entre essas pessoas pobres. Salvato, Araújo Junior e Mesquita (2007) acrescentam a essa dificuldade o fato de que ao avaliar a pobreza por este índice, não será perceptível uma redução na renda média dos pobres, pois a contagem proporcional destes indivíduos se manterá inalterada.

Outra medida de insuficiência de renda é o hiato médio de renda, que é muito utilizado para cobrir os problemas conceituais anteriormente citados a respeito da proporção de pobres. O cálculo desta medida é elaborado a partir da diferença entre a renda dos indivíduos e a linha de pobreza, e expressa assim a média dos hiatos relativos da renda de todos os indivíduos da população. Mostra, portanto, a renda adicional necessária para elevar os pobres até a linha de pobreza. Mas ao mesmo tempo ignora a quantidade de indivíduos envolvidos. Esse problema torna-se melhor compreendido, quando é exemplificado:

Um hiato médio de renda pode ser derivado tanto a partir de muitas pessoas com um nível de privação baixo como a partir de poucas pessoas com um nível de privação muito alto. A política de combate à pobreza sugerida por este tipo de medida dificulta a identificação daqueles indivíduos que são pobres. Sabe-se somente o montante total de recursos necessários. No final, o “repasso” de recursos “médios” pode não satisfazer as necessidades de nenhum dos indivíduos (COMIM; BAGOLIN, 2002, p. 6).

Nota-se que as duas medidas citadas não demonstram a desigualdade da distribuição de renda entre aqueles que estão abaixo da linha de pobreza. Um índice que incorpora tal desigualdade é o hiato de pobreza ao quadrado, no qual se potencializa a diferença entre a renda média e a linha de pobreza (MANSO, BARRETO; TEBALDI, 2006). Mesmo corrigindo o aspecto distributivo, tais medidas podem ser criticadas. Uma das críticas é que só enfatizam a dimensão renda e são focadas num modo de alcançar tal objetivo e não no objetivo em si, e são consideradas muito abrangentes por serem baseadas na renda média.

Apesar dos problemas apresentados pelas medidas que são focadas na insuficiência de renda como forma de pobreza, há casos em que elas são apropriadas, tais como: quando não existem disponibilidades de outras medidas que possam orientar a caracterização do estado de pobreza, quando existe grande relação entre o grau de renda e os fins que os indivíduos desejam obter e também nos casos onde a intensidade da desigualdade entre as pessoas é baixa (COMIM; BAGOLIN, 2002).

O segundo conjunto de medidas e indicadores de pobreza aborda as necessidades básicas e não somente a insuficiência da renda. Neste, os domicílios são enfatizados na análise de unidade de pobreza, ao invés dos indivíduos. As medidas são elaboradas a partir de uma linha de pobreza que é determinada a partir dos custos básicos com alimentação, saúde, habitação e outros bens oferecidos pelo setor público, sendo que a linha de pobreza pode ser determinada levando em consideração o custo das necessidades básicas tanto em nível regional, local como pela provisão de bens públicos. Os Relatórios de Desenvolvimento Humano descrevem assim a perspectiva das necessidades básicas:

A pobreza é a privação de condições materiais para satisfação das necessidades humanas minimamente aceitáveis, incluindo alimentação. Esse conceito de privação vai muito além da falta de renda privada: inclui a necessidade de saúde e de educação básica e de serviços essenciais que devem ser fornecidos pela comunidade, para evitar que as pessoas resvaluem na pobreza. Ele reconhece também a necessidade de emprego e de participação (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 1997, 1998).

O entendimento, a partir das necessidades básicas, pode ser considerado bem mais complexo, uma vez que essas medidas objetivam aspectos relativos da pobreza que são muito importantes e que não são capturados pela dimensão única da renda. Porém, consideram domicílios como sendo indivíduos, o que pode distorcer resultados, pois as necessidades básicas são vistas para os domicílios como um todo, desconsiderando que pode haver indivíduos vivendo sob circunstâncias diferentes.

As medidas que levam em consideração as necessidades básicas não têm sido utilizadas para analisar a pobreza no Brasil devido à falta de medidas que possam ser comparáveis entre municípios e regiões (COMIM; BAGOLIN, 2002).

No terceiro conjunto a ênfase é dada para o conceito de exclusão social, e mostra a multidimensionalidade dos aspectos relativos da pobreza. A pobreza é vista como a ausência de recursos necessários para os indivíduos se inserirem em determinada sociedade, ou seja, os

recursos que os proporcionaria utilizar os padrões habituais da sociedade.

Em Rocha (2005, p. 10), reforça-se o conceito anteriormente citado: “Ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive”. Isso mostra a perspectiva de exclusão social fundamentada nas características das relações sociais que são consideradas normais, em determinados locais ou regiões. Barros, Henriques e Mendonça (2001) também citam essa ideia, argumentando que a pobreza refere-se às situações nas quais os indivíduos não estão habilitados a manter um padrão mínimo de vida parecido com as referências socialmente constituídas em cada contexto histórico.

O ponto forte dessa base é o fato de que, ao mesmo tempo em que enxerga a pobreza como um fenômeno multidimensional - más condições de habitação, falta de saúde, de educação - incorpora para defini-la o acesso a diferentes serviços, dentro de uma mesma sociedade. Entretanto, medidas como essa fazem um diagnóstico descritivo da pobreza, não elaborando uma maneira de resolver o problema, dificultando assim o uso de medidas que possam comparar os diversos níveis de pobreza.

O quarto grupo de medidas está baseado na perspectiva das capacitações, desenvolvida por Amartya Sen e Martha Nussbaum. Nesta perspectiva, a pobreza de uma vida não se foca apenas no estado de empobrecimento no qual os indivíduos vivem, mas também na falta de oportunidades reais (RELATÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 1997, 1998).

Esta análise de pobreza concentra-se nas possibilidades reais que um indivíduo tem de funcionar, e por funcionamento tem-se, conforme Sen (2000, p. 9):

O conceito de funcionamentos, que tem raízes distintamente aristotélicas, reflete várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter. Os funcionamentos valorizados podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio.

Assim, na abordagem da capacitação, a pobreza é tratada como sendo uma negação de oportunidades e de escolhas básicas, não levando em consideração, somente o fator renda. Embora esse seja importante na medida que uma insuficiência de renda, geralmente leva a uma redução das capacidades. Segundo Sen (2008), para o indivíduo ser considerado pobre, ele não precisa necessariamente estar com renda abaixo da linha de pobreza fixada externamente, e sim ter uma renda que é incapaz de lhe proporcionar os níveis de capacidades adequados.

O objetivo desta perspectiva é focar nos fins e não somente nos meios, assim sendo, o foco principal está nas formas que levam o indivíduo à pobreza, não sendo a redução da pobreza de renda o principal objetivo. Sen (2000, p. 112) explicita esta questão:

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe a atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins.

Analisar a pobreza sob essa ótica, porém, implica observar diferentes dimensões para sua operacionalidade. O critério para identificação das capacitações necessárias consiste em um exercício avaliativo, que muitas vezes pode ser prejudicado, pois existem muitas variáveis e espaços relevantes, que na maioria das vezes são heterogêneos, além da dificuldade em se quantificar a importância dos diferentes funcionamentos e como os indivíduos os avaliam

(COMIM; BAGOLIN, 2002).

A apresentação de todas as abordagens a respeito da pobreza mostra a sua complexidade e multidimensionalidade, mas para efeitos de estudos e análises, a abordagem mais utilizada é a de insuficiência de renda, pois a maior facilidade de obtenção de dados para estudos e a menor complexidade são fatores importantes para isso. De acordo com Sen (2008), a abordagem predominante de identificação da pobreza, consiste em uma linha de pobreza divisória, definida como o nível de renda abaixo do qual os indivíduos são denominados pobres.

13

Metodologias e aplicações de crescimento pró-pobre

A literatura atual sobre desenvolvimento econômico tem dado grande importância ao fato de que qualquer conjunto de ações que visem o crescimento econômico de um país ou região, deve vir acompanhado de uma melhora nas condições de vida dos habitantes, especialmente na dos mais pobres (MANSO; BARRETO; TEBALDI, 2006). Por esse motivo, analisar o impacto do crescimento sobre a pobreza e sobre as condições de vida da população é um tema relevante tanto para os formuladores de políticas quanto para a população como um todo. Uma forma de tratar deste assunto é através do conceito de crescimento pró-pobre.

O crescimento econômico não ocorre de maneira homogênea, ou seja, países ou até mesmo regiões não crescem de maneira equilibrada ou igual, assim uns acabam por ter desempenhos mais satisfatórios que outros e, além disso, uma parcela da população pode se beneficiar desse crescimento mais que a outra. Ou seja, os indivíduos captam os benefícios do crescimento econômico de maneira heterogênea. Isso demonstra que o crescimento, do ponto de vista da distribuição de renda, não pode ser considerado neutro, pois o mesmo pode atuar a favor, contra ou até mesmo de forma neutra, sobre os indivíduos mais pobres, segue que esta última forma denotaria em uma continuação da pobreza (BAKOF, 2006).

Existem diferentes definições acerca do que é crescimento pró-pobre, porém, uma questão todos autores aderem: a relação entre crescimento e redução da pobreza é complexa e esta longe de ser trivial (TOCHETTO et al., 2004). Pode-se acrescentar ainda, de uma maneira genérica, que independente de qual que seja a conceituação, o crescimento pró-pobre proporciona benefícios aos mais pobres (BAKOF, 2006).

Em uma das definições, crescimento pró-pobre, segundo Ravallion e Chen⁴ (2003 apud RESENDE, 2006) é aquele crescimento que reduz a pobreza, utilizando para esta análise somente o indicador de pobreza absoluta. Para Kakwani e Khandker⁵ (2004 apud BAKOF 2006), essa é uma conceituação fraca, pois não obtém conclusão correta, visto que por mais insignificante que seja o aumento da renda dos pobres, já é considerado pró-pobre, mesmo sem melhorar a posição relativa dos mesmos na sociedade.

Mais uma definição, é a que atribui crescimento pró-pobre como sendo aquele que acontece quando a participação da renda dos pobres na renda total cresce pelo menos na mesma dimensão que a proporção de pobres na população (WHITE; ANDERSON⁶, 2000 apud MANSO; BARRETO; TEBALDI, 2006).

Outra forma de conceituar é definindo-o como aquele que ocorre quando o crescimento da renda dos mais pobres é mais elevado que o crescimento da renda média da população, mostrando assim, a associação direta com a redução da desigualdade de renda (KAKWANI; PERNIA⁷, 2000 apud GONÇALVES; SILVEIRA NETO, 2007). De acordo com essa definição, uma redução do índice de pobreza acompanhado de um aumento da desigualdade de renda não pode ser considerado crescimento pró-pobre. Já para Kraay⁸ (2004 apud MANSO; BARRETO; TEBALDI, 2006), crescimento “pró-pobre ocorre quando há uma redução na

medida de pobreza utilizada”.

Essas diferentes conceituações não têm sido um problema para os estudos de crescimento pró-pobre, Gonçalves (2006, p. 19) complementa esse fato:

Apesar das eventuais discrepâncias acerca do significado de crescimento pró-pobre, há um contínuo e significativo debate sobre como medir o crescimento pró-pobre, ou, em outras palavras, como obter evidências sobre o impacto do crescimento sobre os níveis de pobreza, ou distribuição de renda.

14

Os estudos e análises acerca do tema utilizam diferentes metodologias para compreender os efeitos do crescimento sobre a pobreza e desigualdade. Resende (2006) analisou a relação entre crescimento econômico e pobreza nos municípios mineiros, divididos em macrorregiões, de 1991 a 2000, com o objetivo de observar em que medida o crescimento econômico nos municípios tem se revelado um bom mecanismo de combate a pobreza.

A metodologia utilizada neste trabalho foi de primeiramente analisar a elasticidade pobreza – crescimento⁹ para os municípios nos dois anos citados. Para tanto, o autor elaborou uma equação em que foi possível expressar uma relação entre proporção de pobre¹⁰ e renda *per capita* média da população. Na equação foi considerada a renda *per capita* y , uma linha de pobreza y_p e a função de distribuição acumulada da renda *per capita* $F(y)$. Obtém-se, assim, a proporção de pobres como $P = F(Y_p)$ e a renda domiciliar *per capita* média $\mu = E(y)$. A relação entre crescimento e pobreza foi assim expressa:

$$\ln F(y_p) = \alpha + \beta \ln \mu + \varepsilon \quad (1)$$

Os resultados encontrados, quando utilizada a linha de indigência, mostraram que um crescimento de 1% na renda *per capita* provocou uma redução de 1,17% no percentual de indigentes. Quando adotado linha de pobreza, a relação foi de que um aumento de 1% no crescimento gerou uma redução de 0,66% no percentual de pobres. A diferença se deu pelo fato de que quanto mais baixa a linha de pobreza utilizada, maior será a possibilidade de pequenos ganhos se refletirem em redução da pobreza (RESENDE, 2006).

Outra hipótese testada pelo autor foi a de que quando a desigualdade aumenta, o percentual de redução da pobreza torna-se menos sensível ao crescimento da renda *per capita* média (RAVALLION¹¹, 1997 apud RESENDE 2006). Para estimar esta hipótese foi utilizada a equação:

$$r = \alpha + \beta(1 - gini)\Delta y + \varepsilon \quad (2)$$

Em que r é a variação percentual da proporção de pobres entre 1991 e 2000, $gini$ é a medida de desigualdade de renda no primeiro ano e Δy a taxa de crescimento da renda *per capita* média no período. Com isso, a variação da pobreza é proporcional à taxa de crescimento, ponderada pela desigualdade. Os resultados obtidos mostraram que quanto menor a desigualdade de renda, mais elevado é o impacto do crescimento econômico sobre a redução da pobreza.

A metodologia econométrica utilizada no estudo para medir as elasticidades recebe críticas, pois o autor força uma relação linear entre o nível de desigualdade, de renda e de pobreza (SALVATO, ARAÚJO JÚNIOR; MESQUITA, 2007).

Bakof (2006) analisou crescimento pró-pobre através de uma ótica diferente de Resende (2006), autor este que foi anteriormente citado. Neste estudo, o autor analisou o impacto do crescimento econômico sobre o padrão de distribuição de renda e sobre a pobreza nos municípios do Rio Grande do Sul na década de 1990, e a metodologia utilizada foi o

chamado índice G (*growth*). Neste índice é calculada a variação da renda média de cada quinto¹² da população ajustada entre dois períodos, a partir daí ocorre crescimento pró-pobre quando o G do quinto mais pobre, obter um valor mais elevado, em termos relativos, do que o G do quinto mais rico, em outras palavras, a renda da população mais pobre cresceu proporcionalmente mais do que a renda média da população total.

Outro importante estudo que contribui para o entendimento do tema é o de Salvato, Araújo Junior e Mesquita (2007), que estuda a relação entre crescimento, pobreza e desigualdade no Brasil na década de 1990, no qual foi estimado o efeito do crescimento econômico sobre a pobreza e desigualdade, controlado por outros fatores (densidade demográfica, distância à capital, taxa de urbanização, etc). Para isso, três modelos foram estimados.

Os modelos mostram y_i como sendo a renda per capita de um município i , $F_i(y)$ a distribuição cumulativa de renda do município i e $P_i = F_i(y_0)$ a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza y_0 .

O primeiro modelo era sem interação:

$$\Delta \ln P_i = \alpha + \beta \Delta \ln y_i + \sum_k \delta_k X_i^k + \varepsilon_i \quad (3)$$

Em que β é a elasticidade renda-pobreza, mostrando quanto alteraria em termos percentuais a pobreza se ocorresse uma mudança de 1% na renda *per capita* dos municípios, $k = 1, \dots, K$ variáveis de controle (densidade demográfica, distância à capital, taxa de urbanização no ano inicial, média de anos de estudo da população acima de 25 anos no mesmo ano, taxa de variação percentual do Gini¹³ entre 1991 e 2000) para abordar a disparidade dos municípios, X_i^k , resíduos ε_i .

No segundo modelo foi incluído interação linear:

$$\Delta \ln P_i = \alpha + \beta(1 - Gini_i) \Delta \ln y_i + \sum_k \delta_k X_i^k + \varepsilon_i \quad (4)$$

Em que $\beta(1 - Gini_i)$ é a elasticidade renda-pobreza agora controlada pela desigualdade inicial, indicando quando mudaria em termos percentuais a pobreza quando a renda per capita aumenta 1%.

O terceiro modelo foi com interação não linear:

$$\Delta \ln P_i = \alpha + \beta(1 - Gini_i)^\theta \Delta \ln y_i + \sum_k \delta_k X_i^k + \varepsilon_i \quad (5)$$

Em que $\beta(1 - Gini_i)^\theta$ é a elasticidade renda-pobreza controlada pela desigualdade inicial, indicando quando mudaria em termos percentuais a pobreza, quando a renda per capita aumenta 1%. No estudo, os autores supuseram um Beta menor que zero e Teta maior que um, com isso, quando houver elevados níveis de desigualdade, menor serão os impactos sobre a elasticidade quando a desigualdade cresce. Para a interpretação da variável variação percentual do Gini, foi usada a elasticidade redistribuição da redução da pobreza.

Tochetto et al. (2004) analisaram o crescimento pró-pobre a partir da ótica de que a renda dos mais pobres deve crescer proporcionalmente mais que a dos não pobres para ser considerado pró-pobre, implicando assim em uma redução da desigualdade. Nesta análise foi utilizada como metodologia a curva crescimento pobreza proposta por Son¹⁴ (2004 apud TOCHETTO et al., 2004).

A curva crescimento pobreza parte da curva de Lorenz ($L(p)$), que descreve o percentual de renda acumulada pelos percentis p da população, e expõe o fato de que um aumento de média em uma distribuição pode ser caracterizado de formas diferentes.

Assim, definindo renda pessoal por y , a densidade da renda por $f(y)$ e μ como a renda média, $E(y) = \mu$, a curva de Lorenz foi descrita como:

$$L(p) = \frac{1}{\mu} \int_0^x f(y) dy \quad (6)$$

Em que

$$p = \int_0^x f(y) dy \text{ e } 0 < x < 1 \quad (7)$$

Quando $L(p) = p$ mostra que a renda é distribuída de forma igual. Uma mudança na curva de Lorenz demonstra a variação da desigualdade a partir do processo de crescimento econômico (TOCHETTO et al., 2004). Assim, quando o crescimento altera a inclinação da curva para cima, conclui-se que este é pró-pobre e que esta diminuindo a pobreza (SON, 2004 apud TOCHETTO et al., 2004).

Para a análise, os autores seguiram a metodologia de Son, mas modificaram a curva de Lorenz, utilizando decis da distribuição de renda, com isso:

$$L(p) = \mu_p p / \mu \quad (8)$$

Sendo μ_p a renda média até o decil $p=10,20,\dots,100$. Após isso, com o logaritmo em ambos os lados e com a primeira diferença no tempo da equação anterior, foi obtido:

$$\Delta \ln L_p = \Delta \ln \mu_p - \Delta \ln \mu = g(p) - g \quad (9)$$

Ou utilizando um p fixo, $\Delta \ln p = 0$:

$$g(p) = g + \Delta \ln(L(p)) \quad (10)$$

onde g é a taxa de crescimento da renda média da população, $\Delta \ln(L(p))$ e $g(p)$ são a taxa de crescimento da pobreza. O $g(p)$ não mede o crescimento da renda média do decil p , mas o crescimento da renda média até o decil p .

Para a avaliação do crescimento, se foi ou não pró-pobre, os autores citaram que é pró-pobre quando $g(p) > g$, para $p < 100$, pois assim a renda nos percentis está crescendo mais que a renda média. Quando $g(p) < 0$, o crescimento é empobrecedor. Já quando $0 < g(p) < g$, o crescimento reduz a pobreza porém acompanhado de um aumento da desigualdade, pois a mudanças na curva de Lorenz ($\Delta \ln(L(p)) = g(p) - g$), são para baixo (TOCHETTO et al., 2004).

As diferentes metodologias apresentadas para analisar se o crescimento foi ou não pró-pobre, tem um ponto em comum que é relação entre crescimento econômico e pobreza, isto é, o crescimento pode melhorar ou piorar os indicadores de pobreza. Porém, há metodologias que acrescentam o nível de desigualdade como sendo um fator importante na relação crescimento pobreza, pois um nível de desigualdade maior faz com que o impacto do crescimento sobre a pobreza não seja tão eficiente. Outra forma de mensuração adiciona, além da desigualdade, outros fatores como nível educacional, densidade demográfica, taxa de urbanização, como sendo determinantes para essa relação.

Esses distintos conceitos e metodologias utilizados para estudar a questão do crescimento pró-pobre são importantes, pois complementam e melhoram a compreensão de uma mesma questão através de vários prismas (BAKOF, 2006).

Considerações finais

Este trabalho teve por objetivo geral mostrar as diferentes visões acerca da relação crescimento econômico e pobreza. Para tanto, o estudo em questão se iniciou a partir das diferentes visões acerca do debate entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. A partir destas, pode-se citar que mesmo nos dias atuais não existe uma definição única de desenvolvimento, nem existe uma fórmula correta para se atingir tal objetivo. Sabe-se, porém, que o desenvolvimento econômico não pode ser analisado somente através de indicadores que medem o crescimento do produto ou do produto per capita, mas através de uma junção de indicadores que mostrem, mesmo que de forma incompleta, a qualidade de vida dos cidadãos. Além de que as políticas de desenvolvimento, quando abordadas sob a ótica do padrão de crescimento, são mais eficientes no que tange à melhoria dos padrões de vida, do que quando baseadas na taxa de crescimento.

Estudar o modo como o crescimento econômico afeta os diferentes locais ganhou importância também porque pode auxiliar os governos a prepararem políticas públicas que reduzam as desigualdades sociais e promovam melhoria na qualidade de vida, atendendo efetivamente a uma demanda da população como um todo. Com isso, a análise da qualidade do crescimento não pode estar desvinculada do crescimento da economia global e da forma de crescimento que tem sido obtida, isso significa que cada país ou região deve adequar seu crescimento de acordo com sua realidade.

Na sequência, tendo entendido que o desenvolvimento não é somente elevação na renda per capita, e sim decorrente da melhora nos indicadores sociais e dos padrões de vida da população, mostrou-se a evolução do conceito de pobreza, fator este de fundamental importância para a ocorrência de desenvolvimento.

A apresentação de todas as abordagens a respeito da pobreza mostra a sua complexidade e multidimensionalidade, pois esta não está relacionada somente com insuficiência de renda, e sim com diversos fatores, tais como, acesso à saúde, educação, bem-estar, más condições de habitação. Entretanto, medidas como essa fazem um diagnóstico descritivo da pobreza, não elaborando uma maneira de resolver o problema, dificultando assim o uso de medidas que possam comparar os diversos níveis de pobreza.

Dessa forma, para efeitos de estudos e análises, a abordagem mais utilizada é a de insuficiência de renda, pois a maior facilidade de obtenção de dados para estudos e a menor complexidade são fatores importantes para isso. Uma forma de tratar desta relação pobreza e insuficiência de renda é através do conceito de crescimento pró-pobre.

Existem diferentes definições acerca do que é crescimento pró-pobre. As diferentes metodologias estudadas para a análise de crescimento pró-pobre tiveram um ponto em comum que foi a relação entre crescimento econômico e pobreza, isto é, o crescimento pode melhorar ou piorar os indicadores de pobreza. Porém, houve metodologias que acrescentam o nível de desigualdade como sendo um fator importante na relação crescimento pobreza, pois um nível de desigualdade maior fará com que o impacto do crescimento sobre a pobreza não seja tão eficiente. Outra forma de mensuração do conceito adiciona, além da desigualdade, outros fatores como nível educacional, densidade demográfica, taxa de urbanização, como sendo determinantes para essa relação.

Notas

¹ LUCAS, R. E. On the Mechanics of Economic Development, *Journal of Monetary Economics*, v. 22, n. 1, p. 3-42, 1988

- ² STREETEN, P. P. Human Development: Means and Ends, *American Economic Review*, v. 84, n. 2, p. 232-237, 1994
- ³ CHERENY, Hollis. *Changement des politiques de développement*. Paris: Econômica, 1981.
- ⁴ RAVALLION, M.; CHEN, S. Measuring pro-poor growth. *Economic letters*, 78, p. 93-99, 2003.
- ⁵ KAKWANI, N.; KHANDKER, S.; SON, H. H. Pro-poor growth: concepts and measurement with country case studies. Working Paper: International Poverty Centre, Brasília, n. 1, p. 1-28, aug. 2004. Disponível em: <http://www.undp-povertycentre.org/newsletters/WorkingPaper1>.
- ⁶ WHITE, H.; ANDERSON, A. Growth vs. redistribution: does the pattern of growth matter?. DFID white paper on eliminating World Poverty: making globalization Work for the Poor, 2000.
- ⁷ KAKWANI, N.; PERNIA, E. What is pro-poor growth?. *Asia Development Review*, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2000.
- ⁸ KRAAY, A. When is growth pro-poor?: evidence from a panel of countries. The World Bank Policy Research Working Paper, n. 3225, 2004.
- ⁹ A elasticidade mede, em termos percentuais, quanto diminui a pobreza e a indigência quando a renda *per capita* aumenta em 1%.
- ¹⁰ Ver conceito de proporção de pobres deste artigo.
- ¹¹ RAVALLION, M. Can high-inequality developing countries escape absolute poverty?. *Economic Letters*, n. 53, p. 227-232, 1997
- ¹² Divide-se a população em cinco faixas de renda. O primeiro corresponde aos 20% mais pobres, o segundo àqueles localizados entre 20% e 40%, e assim por diante (BAKOF, 2005).
- ¹³ Índice de Gini, que mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Varia de 0 a 1, sendo 0 sem desigualdade e 1 desigualdade máxima.
- ¹⁴ SON, Hyun Hwa. A note on pro-poor growth. *Economics Letters*, n. 82, p. 307-304, 2004.

Referências

BAKOF, A.K. **Crescimento pró-pobre**: conceitos, experiências, políticas públicas e uma análise empírica do Rio Grande do Sul na década de 1990. 2006. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11493>>. Acesso em: 15 out. 2009.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável**: desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Textos para discussão IPEA, n. 800).

CACCIAMALI, M. C. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: PINHO, D. B; VASCONCELLOS, M. A. S. (Orgs.). **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 406-422.

CAMARDELO, Ana M. P. **A significação da pobreza a partir dos sujeitos que a vivenciam**. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CARGNIN, A.P.; LIMA, R.S. **Desenvolvimento regional e governança**: ação estatal e participação social. Porto Alegre, n. 59, 2009. (Textos para discussão FEE, n. 59).

COMIN, F.; BAGOLIN, I. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 23, p. 467-490, 2002. Disponível em: <revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/viewPDFInterstitial/2017/2398>. Acesso em: 10 mar. 2010.

GONÇALVES, Margarete L. L. **Crescimento pró-pobre nos Coredes e municípios gaúchos**: Uma análise econométrica (2000-2006). Dissertação (Mestrado em Economia do

Desenvolvimento) – Curso de pós-graduação em economia do desenvolvimento, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GONÇALVES, Michela B. C.; SILVEIRA NETO, R. M. **Crescimento pró-pobre nos municípios nordestinos**: Evidências para o período de 1991-2000. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <http://www.bdt.ufpe.br/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=197>. Acesso em: 25 ago. 2010.

19

_____. **Crescimento pró-pobre nos municípios nordestinos**: Evidências para o período de 1991-2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35. 2007, Fortaleza. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Eventos/ForumBNB2007/docs/crescimento-pro-pobre-nos-municipios.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

JONES, Charles I. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MANSO, C. A.; BARRETO, F. A.; TEBALDI, E. O desequilíbrio regional brasileiro: novas perspectivas a partir das fontes de crescimento “Pró-Pobre”. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 37, n. 3, p. 307-328, jul./set. 2006.

MILONE, P. C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: PINHO, D. B; VASCONCELLOS, M. A. S. (Orgs.). **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 483-498.

NELSON, Richard R. **As fontes do crescimento econômico**. Campinas: Unicamp, 2006.

RELATÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 1997, 1998. Conceito de pobreza humana. In: DESENVOLVIMENTO HUMANO: **Leituras selecionadas**. PUC Minas, Belo Horizonte, 2007, p. 97-111.

RAY, D. **Development Economics**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

RESENDE, Guilherme M. **O crescimento econômico dos municípios mineiros têm sido pró-pobre?**. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, Diamantina, 2006. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A023.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2010.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: Afinal, de que se trata?. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SALVATO, M. A; ARAÚJO JÚNIOR, A. F.; MESQUITA, L. M. Crescimento pró-pobre no Brasil – uma avaliação empírica da década de 1990. **Working papers: Centro de economia aplicada e estratégia empresarial**, v. 43, 2007. Disponível em: <http://_www.ceae.ibmecmg.br/wp/wp43.pdf>. Acesso em: 02 Out. 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUZA, Nali de J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2007.

STREETEN, P. **Tendências oscilantes no diálogo sobre o desenvolvimento**. In: DESENVOLVIMENTO HUMANO: Leituras selecionadas, PUC Minas, Belo Horizonte, 2007, p. 145-165.

TODARO, M. **Introdução à economia**: uma visão para o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

TOCHETTO, D. G. et al. **Crescimento pró-pobre no Brasil**: uma análise exploratória. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. João Pessoa, 2004. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A047.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2009.

VINHAIS, H.; SOUZA, A. P. **Pobreza relativa ou absoluta?** A linha híbrida de pobreza no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ANPEC, 34. Salvador, 2006 Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A140.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2010.